



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE CABO FRIO
SECRETARIA DE SAÚDE**

219

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5499/2021

CONTRATO 031/2021

TERMO DE CONTRATO N.º 031/2021

CONTRATO DE EMPRESA para contratação de empresa especializada em montagem de leitos de UTI, em caráter emergencial para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, conforme termo de referência e seus anexos.

O **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CABO FRIO**, com sede na Rua Fagundes Varela, S/N, São Cristóvão, Município de Cabo Frio, Estado de Rio de Janeiro, inscrita no C.N.P.J. sob n.º 12.292.556/0001-88, neste ato devidamente representada pelo Secretário Municipal de Saúde, Sr. **FELIPE FERNANDES DA SILLVA**, portador da Cédula de Identidade n.º 24.649.108-8 expedida pelo **DETRAN RJ EM 04/02/2011** e do CPF n.º 144.615.687-76 daqui por diante denominada **CONTRATANTE**, e do outro lado a empresa **BKP COMÉRCIO E SERVIÇOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA**, com sede **RUA LUIZ LEOPOLDO FERNANDES PINHEIRO, 481, - 206. CENTRO, NITERÓI, RJ, CEP: 24030-123** inscrita no CNPJ sob o n.º 29.022.681/0001-70, neste ato representada pelo Srº **PAULO JOSÉ DE ASSIS, BRASILEIRO, SOLTEIRO**, comerciante, CPF 773.407.287-91, RG 03309531776 DNT-RJ, doravante denominado simplesmente **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Contrato, que reger-se-á pela Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações e pelas Cláusulas seguintes:

1.0 - CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E FINALIDADE

1.1 - O objeto do presente Contrato é **contratação de empresa especializada em montagem de leitos de UTI, em caráter emergencial para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, conforme termo de referência e seus anexos.**

O quadro descritivo e quantitativo do objeto:

Item	Descrição	Unid.	Quant.
01	MONITOR MULTIPARAMÉTRICO	Unid.	20
02	VENTILADOR PULMONAR MULTIPROCESSADO	Unid.	25
03	CAMA FOWLER MOTORIZADA COM ELEVAÇÃO	Unid.	10
04	PLATAFORMA DE MONITORAMENTO MULTIPARAMÉTRICA	Unid.	01

2.0 - CLÁUSULA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO AO TERMO DE REFERÊNCIA E A PROPOSTA DA CONTRATADA



220

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE CABO FRIO
SECRETARIA DE SAÚDE

2.1 - Para celebração do presente contrato foi dispensada a licitação, com base no inciso IV, do artigo 24, da Lei Federal 8.666/93, através do processo nº 5499/2021, o qual a Contratante e a Contratada encontra-se estritamente vinculadas ao seu termo de referência e a proposta desta última.

3.0 - CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR DO CONTRATO, PRAZO DE PAGAMENTO E PRAZO DE VIGÊNCIA

3.1 - Dá-se a este Contrato o valor total de **R\$ 1.220.640,00 (um milhão, duzentos e vinte mil, seiscentos e quarenta reais)**

3.2 - Os pagamentos serão efetuados conforme a entrega do produto em até **30 (trinta) dias** contados da data de emissão da Nota Fiscal.

3.2.1 - A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do contrato estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo município e conforme relatório dos produtos entregues.

3.2.2 - Na eventualidade da aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.2.3 - A nota fiscal deverá ser emitida em sistema eletrônico (Nota Fiscal Eletrônica) em moeda corrente do país, exceto para empresas que estejam instaladas em municípios que ainda não possuam tal sistema.

3.2.4 - Juntamente com a Nota Fiscal, a contratada deverá apresentar o Certificado de Regularidade do FGTS, Certidão Conjunta de Débitos relativos à Dívida Ativa da União e contribuições previdenciárias, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e Certidão de ISS.

3.2.5 - O CNPJ da contratada constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.2.6 - No ato de assinatura do contrato, a contratada deverá fornecer os dados bancários (banco, agência e nº da conta) para depósitos referentes aos pagamentos, conforme exigência da Secretaria Municipal de Finanças do Município de Cabo Frio.

3.2.7 - O ISSQN se devido será recolhido, na forma do Código Tributário Municipal vigente.

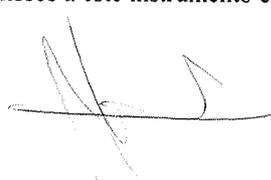
3.2.8 - Nenhum pagamento será efetuado ao proponente vencedor enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

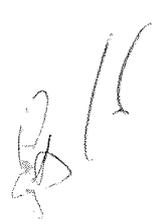
3.3 - O Contrato terá a duração de **180 (Cento e oitenta) dias**, com início a partir da assinatura do contrato.

3.4 - O presente contrato emergencial será rescindido imediatamente, quando da conclusão do processo licitatório e assinatura do respectivo contrato de prestação de serviços, que substituirá o este.

4.0 - CLÁUSULA QUARTA - DA SUJEIÇÃO DAS PARTES

4.1 - Todas as Cláusulas deste Contrato estão sujeitas a normas da Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais legislações complementares, que servirão de base para a solução dos casos omissos a este instrumento e não resolvidos na esfera administrativa.







ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE CABO FRIO
SECRETARIA DE SAÚDE

221

5.0 – CLÁUSULA QUINTA – DA FONTE DE RECURSO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 – As despesas decorrentes deste Contrato constam do orçamento para o exercício de 2021, com as seguintes dotações orçamentárias.

Ficha : 1048

Orgão : 05

Unidade : 001

Sub-Unidade : 003

Função : 10

Sub-Função: 301

Programa : 0015

Projeto Atividade : 2186

Elemento de Despesas : 3390391200

Fonte : 955

6.0 – CLÁUSULA SEXTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

6.1 – Do Município:

6.1.1 – Fiscalizar a entrega do produto conforme especificado no termo de referência do Processo **5499/2021**;

6.1.2 – Atestar nas notas fiscais/faturas a efetiva entrega dos produtos, objeto desta dispensa;

6.1.3 – Aplicar a empresa vencedora as penalidades, quando for o caso;

6.1.4 – Garantir à Contratada o direito ao contraditório e ampla defesa nos casos de aplicação de sanções;

6.1.5 – Prestar a contratada toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária à perfeita execução do contrato;

6.1.6 – Efetuar o pagamento à contratada no prazo avençado, após a entrega da Nota Fiscal no setor competente;

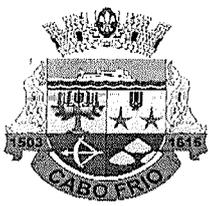
6.1.7 – Notificar, por escrito, à Contratada da aplicação de qualquer sanção;

6.1.8 – Informar a contratada eventuais defeitos, identificados mesmo após a entrega dos produtos e exigir a sua substituição ou reparação, conforme o caso.

6.2 – Da Contratada:

6.2.1 – Executar a entrega do produto, objeto desta contratação, nas especificações contidas no Termo de referência;

6.2.2 – Enviar o Relatório dos produtos entregues ao gestor do contrato para apreciação, antes da emissão da



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE CABO FRIO
SECRETARIA DE SAÚDE

222

nota fiscal/fatura dos produtos entregues, quando necessário;

6.2.3 – Pagar todos os tributos que incidam ou venham incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos entregues;

6.2.4 – Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo CONTRATANTE na entrega do produto;

6.2.5 – Arcar com todos os custos de reexecução nos casos em que o objeto não atenda as condições do termo de referência;

6.2.6 – Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto desta licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;

6.2.7 – Comunicar a Prefeitura, imediatamente, qualquer ocorrência ou anormalidade que venha interferir na entrega do produto objetivados na presente dispensa;

6.2.8 - Indicar representante, que responderá perante a Administração por todos os atos e comunicações formais.

6.2.9 – Disponibilizar funcionários habilitados para a entrega do produto;

6.2.10 – Sempre que solicitado, a contratada deverá prestar esclarecimentos e atender a reclamações que possam surgir durante a execução do contrato.

7.0 – CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

7.1 – Fica designado como fiscal do contrato, o Dr. RENATO JOSÉ MAIA FRAGOSO, conforme determina o Art. 67 da Lei Federal 8.666/93

8.0 – CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES

8.1 – Os casos de inexecução do objeto deste termo de referência, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento contratual, sujeitará o proponente contratado às penalidades previstas nos arts. 86 e 87 da lei n.º 8.666/93, das quais destacam-se:

a) Advertência;

b) Multa;

c) Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o município, no prazo de até 05 (cinco) anos;

d) Declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, em geral enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo de sanção aplicada com base na alínea anterior, facultado ao contratado o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

[Handwritten signature]

[Handwritten number 16]

[Handwritten signature]



223

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE CABO FRIO
SECRETARIA DE SAÚDE**

8.2 – O atraso injustificado na execução do contrato da entrega do produto, sem prejuízo no disposto no § 1º do artigo 86 da Lei 8.666/93, sujeitará a contratada a multa de mora sobre o valor da obrigação não cumprida, a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estabelecido, na seguinte proporção:

- a) multa de 10% (dez por cento) até o 30º (trigésimo) dia de atraso; e
- b) multa de 15% (quinze por cento) a partir de 31º (trigésimo primeiro) dia de atraso até o 45º (quadragésimo quinto) dia de atraso.

8.2.1 – A partir de 46º (quadragésimo sexto) dia estará caracterizada a inexecução total ou parcial da obrigação assumida, salvo disposição em contrário, em casos particulares, previstos no termo de referência ou contrato, sujeitando-se à aplicação de multa prevista no item 8.2 do Contrato.

8.3 – Pela inexecução total ou parcial do contrato poderão ser aplicadas à contratada as seguintes penalidades:

- a) multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida; ou
- b) pagamento correspondente à diferença de preço decorrente de nova licitação para o mesmo fim.

8.4 - Os valores das multas aplicadas poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

8.5 – Não havendo créditos para abatimento da multa, esta deverá ser recolhida aos cofres da Contratante em até **05 (cinco) dias úteis**, a contar da intimação da decisão administrativa que a tenha aplicado, sendo que após essa data começarão a correr juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês e atualizações monetárias.

8.6 – Caso não seja recolhida no prazo acima, o valor será inscrito em dívida ativa e será promovida a cobrança judicial, sem prejuízo das demais cominações legais.

8.7 – Após a aplicação de quaisquer das penalidades acima previstas, realizar-se-á comunicação escrita à empresa e publicação no Órgão de Imprensa Oficial (excluídas as penalidades de advertência e multa de mora), constando o fundamento legal da punição, informando ainda que o fato seja registrado no cadastro correspondente.

8.8 – O prazo para defesa prévia quanto à aplicação de penalidade é de **05 (cinco) dias úteis** contados da data da intimação do interessado.

8.9 – O recurso ou o pedido de reconsideração relativo às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de **05 (cinco) dias úteis** e pedidos de reconsideração, no prazo de **10 (dez) dias úteis**.

9.0 – CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

9.1 – Constituem motivo para rescisão deste Contrato, todos aqueles elencados no artigo 78 da Lei n.º 8.666/93, inerentes ao objeto deste Contrato, bem como, o descumprimento de qualquer de suas Cláusulas.

9.2 – A rescisão do contrato não impedirá a administração de aplicar as sanções previstas na Cláusula Oitava, conforme a situação, além de poder exigir as indenizações por prejuízos a que venha sofrer.

9.3 – A Contratada reconhece-se o direito da Contratante de usar das prerrogativas do art. 77 da Lei n.º 8.666/93, no caso de rescisão administrativa.

9.4 - O presente contrato poderá ser encerrado a qualquer tempo caso seja finalizada a situação de emergência de

[Handwritten signature]
16



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE CABO FRIO
SECRETARIA DE SAÚDE**

224

saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, nos termos do art. 4º, §1º, da Lei nº13.979 de 2020, não acarretando qualquer ônus para a contratante. Encerrado o presente contrato os leitos objetos do presente contrato serão desmobilizados na medida em que forem desocupados, respeitado o prazo máximo de 30 (trinta) dias.

10.0 – CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

10.1 – Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Cabo Frio, para dirimir questões oriundas deste Contrato, não resolvidas na esfera administrativa, com expressa renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

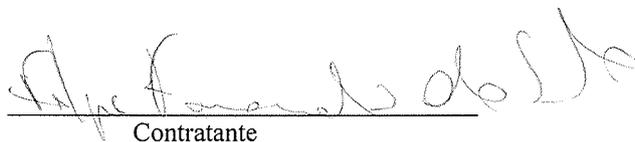
11.0 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 – Os casos omissos neste contrato serão resolvidos de acordo com o que dispõe a Lei Federal n.º 8.666/93 e demais leis complementares que versem sobre o assunto.

11.2 - Vincula-se este contrato ao termo de referência e seus anexos, documentos estes que servirão de base, também, para a solução de eventuais divergências.

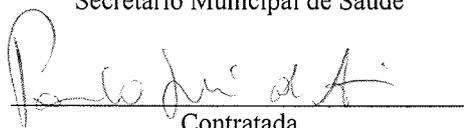
E por estarem assim justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas abaixo qualificadas.

Cabo Frio, 21 de maio de 2021.



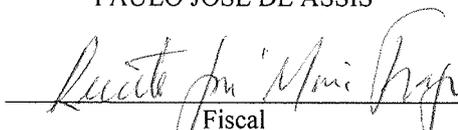
Contratante

Felipe Fernandes da Silva
Secretário Municipal de Saúde



Contratada

BKP COMÉRCIO E SERVIÇOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA,
PAULO JOSÉ DE ASSIS

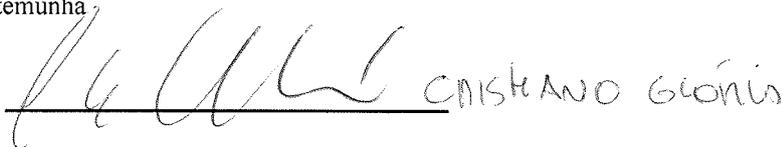


Fiscal

RENATO JOSÉ MAIA FRAGOSO
Diretor de Hospital Municipal OtímE Cardoso dos Santos

Testemunha

1)

 CRISTIANO GLÓRIA

2)
